

A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS INCLUSIVA

Data de submissão: 04/02/2025

Data de aceite: 05/03/2025

Flávia Nogueira Gomes

Advogada, mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM-UFBA). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
Salvador – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/5909540425176777>

O problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos.

Chimamanda Ngozi Adichie, 2014.

Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como os significados e os corpos são feitos, não para negar significados e corpos, mas para construir significados e corpos que tenham uma chance de vida.

Donna Haraway, 1988.

RESUMO: O presente texto tem por escopo apresentar a contribuição dos estudos de gênero para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Para melhor compreender essas questões, a teoria crítica baseada na educação e estudos *queer*, têm contribuído para a ampliação dessa reflexão e discussão, apontando caminhos que possibilitam uma convivência mais harmoniosa com/entre as diversas identidades de gênero e sexualidade. Neste sentido, importante reconhecer a potência de certos espaços como fecundos e propícios para a abordagem crítica de temas identitários, capaz de promover diálogos e proporcionar (con)vivências mais respeitadas e tolerantes, entre as diversas expressões de identidades de gênero e sexualidade (BUTLER, 2021). A metodologia está enquadrada na interdisciplinaridade, com viés feminista-*queer*.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos de Gênero; Inclusão; Diversidade; Justiça Social

THE CONTRIBUTION OF GENDER STUDIES TO THE CONSTRUCTION OF A MORE INCLUSIVE SOCIETY

ABSTRACT: The purpose of this text is to present the contribution of gender studies to

the construction of a more inclusive Society. To better understand these issues, critical theory based on education and queer studies have contributed to the expansion of this reflection and discussion, pointing out paths that enable a more harmonious coexistence with/among the different identities of gender and sexuality. In this sense, it is important to recognize the power of certain spaces as fruitful and conducive to a critical approach to identity issues, capable of promoting dialogue and providing more respectful and tolerant (co)existence, between the different expressions of gender identities and sexualities (BUTLER, 2021). The methodology is framed within interdisciplinarity, with a feminist-queer bias.

KEYWORDS: Gender Studies; Inclusion; Diversity; Social Justice

INTRODUÇÃO

Ao tratar sobre a diversidade de gêneros, é possível notar que ainda é necessário um esforço para evidenciar que existem mais do que dois gêneros, revelando uma miopia social. A sociedade, via de regra, trabalha para que todas as pessoas tenham apenas uma identidade de gênero, determinada pelo sexo, e que essa seja pura e considerada como natural e, portanto, “normal”. No entanto, apesar disso, muitas pessoas quebram esse binarismo de gênero, uma vez que essa dicotomia não contempla uma série de pessoas. Dessa forma, muitas pessoas borram a dicotomia de gênero, mas algumas delas o fazem com mais intensidade (COLLING, 2018). Os corpos trans causam uma fissura na estrutura, promovendo uma espécie de esquizofrenia social (VERGUEIRO, 2015).

Sob influência da relação linear estabelecida pela biologia, a sociedade continua a atribuir aos corpos a expressão das identidades, como se essa leitura fosse inequívoca e evidente por si. Como consequência, cria-se a expectativa de reconhecimento dessas identidades sem qualquer ambiguidade ou inconstância. Nossos sentidos são treinados para perceber essas marcas e classificar as pessoas pela forma como elas se apresentam corporalmente (LOURO, 2008). Os corpos que não correspondem ao que é esperado em determinada sociedade e que fogem ao padrão estabelecido pelo sistema cis/hetero/patriarcal estão constantemente em perigo, expostos a violações, tratamentos discriminatórios e, conseqüentemente, exclusão social (CAMPOS & CAVALCANTI, 2020).

Para melhor compreender essas questões, e a relação estabelecida entre gênero, sexualidade e poder, reconhece-se a importância da educação na desconstrução de preconceitos e práticas educativas feministas, por constituir o espaço educativo propício para a abordagem crítica de temas essenciais à sociedade, capaz de promover diálogos e proporcionar vivências mais respeitadas e tolerantes. A educação é um espaço vital para a formação de identidades de gênero e sexualidade. Políticas educacionais que promovem a inclusão e a diversidade são fundamentais para combater a discriminação e apoiar estudantes de todas as identidades.

Neste sentido, para além da educação tradicional, as epistemologias feministas críticas, em diálogo com os estudos e teorias *queers*, têm contribuído para a ampliação

dessa reflexão e discussão, apontando caminhos que possibilitam uma convivência mais harmoniosa com/entre as diversas identidades de gênero e sexualidade, propondo práticas educativas que vão além da sala de aula, incluindo metodologias participativas e colaborativas que incentivam o engajamento ativo dos alunos na construção do conhecimento (LOURO 2004). Desta forma, o presente texto¹ tem por escopo apresentar a contribuição dos estudos de gênero para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

GÊNERO, SEXUALIDADE E PODER

O estudo de gênero e sexualidade oferece uma lente crítica para entender como as dinâmicas sociais e políticas influenciam a vida das pessoas. Através dessas categorias é possível explorar como as identidades são formadas, contestadas e reforçadas em diferentes contextos culturais e históricos. Este campo de estudo se beneficia enormemente das contribuições da teoria feminista e da teoria *queer*, que desestabilizam noções tradicionais de gênero e sexualidade.

A sexualidade, assim como o gênero, é uma categoria complexa e multifacetada. Em 1976, Michel Foucault já defendia em “A História da Sexualidade”, como as práticas sexuais e as identidades são reguladas por discursos de poder. Argumenta que a sexualidade é um campo de batalha onde diferentes forças sociais tentam impor normas e valores, o que resulta em uma constante negociação e resistência. O poder não é simplesmente uma força repressiva, mas também produtiva. As relações de poder não só reprimem, mas também criam novas formas de comportamento e identidade. Nas instituições, como a escola e a família, o poder molda as normas de gênero e sexualidade, reforçando comportamentos aceitáveis e punindo os desviantes (FOUCAULT, 2021).

O conceito de gênero tradicional refere-se às normas e expectativas culturais e sociais que definem os papéis e comportamentos apropriados para homens e mulheres com base em suas características sexuais biológicas. Este conceito tradicional vê o gênero como uma extensão direta e inalterável do sexo biológico, geralmente classificando os indivíduos em duas categorias binárias: masculino e feminino (BUTLER, 2017).

Dentro desse paradigma, os homens são tipicamente associados à força, racionalidade, assertividade e dominação pública, enquanto as mulheres são associadas à delicadeza, emoção, submissão, responsabilidades domésticas. Essas expectativas rígidas são reforçadas por instituições sociais como a família, a escola, a religião e o trabalho, que desempenham papéis significativos na perpetuação das normas de gênero (COLLING, 2018).

A disposição binária, que tradicionalmente classifica homens e mulheres em razão exclusivamente dos corpos, pode ser contestada na atualidade, a partir do reconhecimento

¹ Este texto integra parte da pesquisa de mestrado realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM-UFBA), em 2024.

de múltiplas identidades de gêneros baseada na observação dos corpos. Assim, a problematização da identidade de gênero é também a problematização do sentido da identidade, de modo geral, isto é, o sentido de identidade de gênero é uma espécie derivada do sentido de identidade geral. O problema com a insistência em continuar forçando a classificação das pessoas, segundo disposições binárias de gênero, está em seu resultado imediato: a exclusão das pessoas que não se identificam com uma ou outra possibilidade de gênero fixada nos sentidos binários (COLLING, 2018). Dessa exclusão segue a transfobia², que no Brasil, tem sido responsável pela morte violenta de milhares de pessoas, decorrente do ódio atribuído à dimensão de gênero.

A crítica ao conceito de gênero tradicional destaca que ele ignora a complexidade e a variabilidade das experiências humanas. Estudos de gênero e teorias feministas argumentam que essa visão binária é limitadora e excludente, não levando em consideração as diversas identidades e expressões de gênero que existem. Além disso, essas críticas apontam que o conceito tradicional de gênero pode perpetuar desigualdades e discriminações, limitando as oportunidades e liberdades individuais (COLLING, 2018).

O gênero funciona, portanto, como uma ferramenta conceitual, pedagógica e política essencial para a elaboração e implementação de projetos que desafiem certas formas de organização social, assim como as hierarquias e desigualdades que delas derivam. Ou seja, nada é “natural” ou predeterminado; todas as verdades, inclusive aquelas classificadas como científicas, são parciais e provisórias, resultantes de disputas em diversos contextos sociais e culturais, e, portanto, suscetíveis de serem questionadas (LOURO, 2023).

Neste sentido, o gênero não pode ser compreendido como uma categoria fixa, mas uma construção social que varia ao longo do tempo e entre culturas. Judith Butler (2017) argumenta que o gênero é performativo, ou seja, é uma série de atos repetidos que criam a ilusão de uma identidade estável. Essa visão desafia a concepção binária de gênero, abrindo espaço para uma compreensão mais fluida e inclusiva. Questiona a concepção tradicional de “mulheres” como um sujeito estável e universal do feminismo. A ideia de que existe uma identidade fixa e compreensível pela categoria de mulheres tem sido um pilar do discurso feminista, essencial para a representação política e a visibilidade das mulheres como sujeitos políticos, mas que exclui, por isso, as demais expressões de gênero.

Isto evidencia o quanto a política e a representação são termos complexos e polêmicos. A construção da categoria de mulheres como um sujeito coerente e estável pode ser vista como uma regulação e reificação inconsciente das relações de gênero, que paradoxalmente contradiz os objetivos feministas de ampliar as reivindicações de representação. A noção de um patriarcado universal e de uma identidade feminina comum

² Leandro Cunha (2022) aponta dados alarmantes sobre a população trans no Brasil, que possui expectativa de vida de apenas 35 anos, um índice de tentativa de suicídio de 41%, um elevado nível de evasão escolar (0,02% das pessoas trans na universidade, 72% sem ensino médio e 56% sem ensino fundamental), e uma baixíssima inserção no mercado de trabalho formal, além do fato de o Brasil ser o país do mundo que mais mata pessoas trans (mais de 40% dos assassinatos de pessoas trans ocorridos no mundo entre 2008 e 2021)

tem sido amplamente criticada por não considerar as interseções de gênero com raça, classe, etnia e outras formas de identidade. A fragmentação dentro do feminismo e a oposição de algumas “mulheres” que o feminismo afirma representar revelam os limites da política de identidade. Assim, a crítica feminista deve compreender como a categoria das mulheres é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder que busca desafiar (BUTLER, 2017).

Jaqueline Gomes de Jesus (2012) define o sexo como a classificação biológica de indivíduos em machos ou fêmeas, baseada em cromossomos, hormônios, órgãos reprodutivos e genitais. Gênero, por sua vez, refere-se à classificação pessoal e social que orienta papéis e expressões, independente do sexo biológico. A expressão de gênero envolve a aparência e o comportamento conforme as expectativas culturais. A identidade de gênero é o gênero com o qual a pessoa se identifica, podendo ou não coincidir com o atribuído ao nascimento. A identidade de gênero é distinta da orientação sexual; pessoas trans podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, assim como pessoas cisgênero.

A distinção entre sexo e gênero, levada ao seu extremo lógico, sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Isso significa que a construção de “homens” e “mulheres” não está necessariamente vinculada a corpos masculinos ou femininos, respectivamente. Butler (2017) questiona a ideia de que os gêneros devem permanecer binários, apontando que a fixação de um sistema binário de gêneros implica uma crença mimética onde o gênero reflete ou é restrito pelo sexo, e desafia ainda mais essa visão ao sugerir que o próprio conceito de “sexo” é culturalmente construído. A referida autora propõe que o sexo, assim como o gênero, é produzido discursivamente pelos discursos científicos e culturais, servindo a interesses políticos e sociais. Dessa forma, a distinção entre sexo e gênero se desfaz, revelando que ambos são construções culturais e discursivas.

Os estudos de David A. Rubin (2012) destacam como a intersexualidade desafiou as conceituações tradicionais de gênero na sexologia do século XX, revelando a complexidade das identidades sexuais e a inadequação de classificações rígidas. A intersexualidade é frequentemente medicalizada e patologizada, demonstrando como os discursos de poder moldam as experiências sexuais e de gênero.

Ao integrar as perspectivas de gênero, sexualidade e poder, o estudo dessas dinâmicas revela a profundidade e a complexidade das relações sociais e políticas que moldam a vida humana. As teorias feministas e *queer*, ao desestabilizarem as noções tradicionais, abrem caminho para uma compreensão mais inclusiva e fluida das identidades. Através da crítica e da análise das construções sociais e culturais, é possível desafiar e transformar as hierarquias e desigualdades que ainda persistem. Compreender o gênero e a sexualidade como construções performativas e interseccionais não apenas amplia a

visão sobre a diversidade humana, mas também fortalece as lutas por justiça e equidade em todos os âmbitos da sociedade.

TEORIAS E ESTUDOS *QUEER*

A reprodução e manutenção de práticas discriminatórias perpetradas sobre corpos dissidentes, possui relação direta com a forma pela qual se funda e estrutura a sociedade. A concepção sobre uma heterossexualidade compulsória, que impõe determinados padrões e comportamentos sociais, reforça essas relações violentas. Pensar criticamente sobre os seus efeitos abre possibilidades para desconstrução de ideias rígidas e fixas, reconhecendo toda forma de expressão de identidade.

Apenas na década de 1980, os questionamentos sobre a heterossexualidade compulsória e seus efeitos ganharam contornos mais robustos. Até então, os movimentos feministas estavam centrados em discussões sobre o patriarcado, o próprio capitalismo como um sistema de opressão das mulheres e o racismo (ALVAREZ, 2014; SARDENBERG, 2015). No final da década de 1970, Monique Wittig (1992) já destacava o caráter opressivo do pensamento hétero na sua tendência de universalizar a produção de conceitos em leis gerais, aplicáveis a todas as sociedades e indivíduos em qualquer época. A consequência dessa lógica resulta na legitimação do controle de determinados grupos sobre outros, a partir da criação de categorias em que os diferentes/outros são excluídos e passíveis de dominação.

O conceito de heterossexualidade compulsória foi desenvolvido pela teórica feminista Adrienne Rich, em seu ensaio *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence* (1980). Este termo se refere à suposição e imposição de que a heterossexualidade é a norma ou padrão natural de orientação sexual. Segundo Rich, a sociedade e suas instituições incentivam a heterossexualidade e marginalizam outras orientações sexuais, como a homossexualidade e a bissexualidade. Essa imposição é vista como uma ferramenta de controle social que mantém as mulheres subordinadas aos homens dentro de um sistema patriarcal (RICH, 2010).

Já na heteronormatividade, todas as pessoas devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, tenham elas práticas sexuais heterossexuais ou não. Enquanto a heterossexualidade compulsória defende que a heterossexualidade é um padrão da natureza, a heteronormatividade relaciona o gênero à materialidade do corpo (COLLING, 2018).

Nesse contexto, com o modelo binário confrontado e colocado em xeque, o movimento *queer* emerge a partir da reflexão acerca da heteronormatividade, pela qual lésbicas e gays normatizados são aceitos, enquanto os que fogem à norma são considerados abjetos, tecendo duras críticas aos movimentos sociais pautados nas políticas de identidade. Um dos fatores de maior relevância imputados à teoria *queer*, diz respeito à ampliação do

conceito de gênero, que passa a ser compreendido como elemento relacionado às normas e algo cultural que está presente tanto em homens como em mulheres (MISKOLCI, 2012).

A Teoria *queer* pode ser compreendida, portanto, como uma abordagem teórica que desafia as normas e categorias fixas de gênero e sexualidade. Ela busca questionar e desestabilizar as identidades tradicionais e essencialistas de “homem”, “mulher”, “heterossexual”, “homossexual”, entre outras, argumentando que essas categorias são construtos sociais e culturais, e não naturais ou imutáveis. O termo *queer*, historicamente associado a homossexuais, é usado para descrever uma abordagem não-conformista em termos de sexualidade e gênero, complicando a defesa baseada em identidades fixas e expressando uma perspectiva mais fluida e desafiadora.

Guacira Lopes Louro a define como:

Queer é tudo isso: é estranho, é raro, esquisito. Queer é também o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser ‘integrado’ e muito menos ‘tolerado’. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina. (LOURO, 2004, p. 8).

A teoria *queer* vem demonstrando sua eficácia em vários aspectos centrais. Primeiramente, questionou e reavaliou as promessas teóricas dos estudos gays e lésbicos tradicionais, promovendo um realinhamento entre as questões de sexualidade e gênero. O movimento *queer* tem apoiado ativamente as expressões não normativas de gênero e sexualidade, fomentando a resistência teórica e política contra a normalização dessas identidades. Subscreeveu uma série de críticas teóricas essenciais sobre as diversas formas de violência, e, ao incorporar a crítica decolonial, redefiniu a construção histórica das identidades lésbica, gay, bissexual e transgênero. Essa abordagem multifacetada tem sido fundamental para a expansão e aprofundamento das discussões sobre gênero e sexualidade em contextos acadêmicos e políticos (BUTLER, 2017).

No âmbito teórico, destaca-se a obra de Judith Butler, “Problemas de Gênero” (1990), que introduziu uma nova visão epistemológica para os estudos *queer*. A autora questionou a ordem compulsória e linear: sexo/gênero/desejo, afirmando que não apenas o gênero é um construto social, mas o próprio sexo nada tem de natural e/ou biológico, uma vez que ele é definido por meio de um discurso social.

O gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza: ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”. Propõe um questionamento radical das normas de gênero como uma forma de ganhar potência política por meio de alianças entre todos aqueles que estão à margem e são oprimidos pelo sistema da cisheteronormatividade, e

que tem no topo desse mecanismo o homem, branco, cisgênero e heterossexual (BUTLER, 2017)

Apesar da potência política acima referida, decorrente do reconhecimento da multiplicidade nas formas de ser e viver, fundamentada em valores e posicionamento crítico (CAVALCANTI et al, 2020), alguns grupos ainda permanecem expostos à vulnerabilidade e desprovidos de proteção legal adequada. As pessoas trans são vistas como uma afronta a esse padrão heteronormativo, suscitando reações extremadas e, inclusive, justificativas para a produção de violência contra esses corpos (LOURO, 2000, 2004, 2023).

A teoria *queer* não se limita a desestabilizar as identidades de gênero e sexualidade, mas também tem influenciado profundamente outras áreas do conhecimento, como a pedagogia, os estudos culturais e as ciências sociais. Em «Pedagogia *queer*: a subversão da sexualidade na educação», é discutida a aplicação dos princípios da teoria *queer* na educação, propondo práticas pedagógicas que desafiam a normatividade de gênero e promovem um ambiente mais inclusivo e crítico (LOURO, 2000).

Além disso, a teoria *queer* tem sido fundamental na discussão sobre políticas de saúde e direitos humanos. Em *Queer Theory, Gender Theory* (2004), a autora Riki Anne Wilchins enfatiza como as identidades trans e não-binárias desafiam os sistemas de saúde que estão estruturados em torno de um binarismo de gênero rígido. A luta por reconhecimento legal e acesso a cuidados de saúde adequados para pessoas trans e não-binárias é uma parte central das demandas *queer* contemporâneas.

Neste sentido, pode-se afirmar que o pensamento *queer* abre caminho para um entendimento mais inclusivo e diversificado das identidades humanas. Este enfoque não apenas questiona as estruturas existentes, mas também propõe formas alternativas de ser e existir, fundamentadas na aceitação da pluralidade e na resistência contra as formas de opressão que tentam impor conformidade, oferecendo ferramentas poderosas para a construção de um futuro mais justo e igualitário, onde todas as identidades possam ser plenamente reconhecidas e respeitadas.

REFLEXÕES FINAIS: A EDUCAÇÃO COMO LUGAR DE REALIZAÇÃO DE IDENTIDADES

A educação desempenha um papel crucial na desconstrução de preconceitos, permitindo que as pessoas questionem estereótipos e preconceitos profundamente enraizados na sociedade. Programas educacionais focados em diversidade e inclusão são eficazes na redução de atitudes preconceituosas e na promoção da igualdade. Tais programas enfatizam a importância do respeito mútuo e da valorização das diferenças, essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A educação feminista, em particular, oferece uma abordagem crítica ao sistema educacional tradicional, que frequentemente perpetua desigualdades de gênero. Essas

práticas visam empoderar mulheres – em sua acepção mais ampla, incentivando o pensamento crítico e a auto expressão. A análise de currículos e textos sob uma perspectiva de gênero é fundamental para promover a visibilidade das contribuições não apenas de mulheres, mas de toda a pluralidade das identidades, em diversas áreas do conhecimento (SOUZA, 2019).

A educação é uma ferramenta fundamental para a mudança social. Izaura da Cruz Santiago (2008) enfatiza a importância da educação sexual nas escolas como um meio de combater preconceitos e promover a compreensão e o respeito às diversidades de gênero e sexualidade, sugerindo a inclusão de currículos que abordem questões de identidade de gênero e orientação sexual desde cedo, preparando os estudantes para uma convivência respeitosa e inclusiva.

A promoção da equidade de gênero nas salas de aula é um aspecto essencial das práticas educativas feministas. Isso implica criar ambientes de aprendizagem que desafiem normas de gênero e ofereçam oportunidades iguais a todos os estudantes, independentemente de seu gênero. Ao integrar questões de gênero no currículo e adotar metodologias pedagógicas inclusivas, a educação feminista contribui para a formação de indivíduos mais conscientes e críticos em relação às desigualdades sociais (MARÇAL, 2019). A implementação dessas práticas envolve a formação contínua de professores para que possam reconhecer e combater o sexismo na educação.

Programas de formação que abordam questões de gênero são essenciais para capacitar educadores a identificar preconceitos e adotar práticas pedagógicas que promovam a igualdade. A sala de aula torna-se um espaço transformador, onde é possível construir uma sociedade mais igualitária e livre de preconceitos. Outro ponto relevante é que a educação feminista não se limita ao ambiente escolar, estendendo-se a todos os níveis de ensino e à sociedade como um todo. Iniciativas comunitárias, programas de extensão universitária e campanhas de conscientização são exemplos de como a educação pode atuar como um agente de mudança social (SOUZA, 2019).

Desta forma, importante destacar a educação como uma potente ferramenta na desconstrução de categorias fixas e rígidas no âmbito dos estudos de gênero, promovendo a aproximação de conceitos e reflexões necessárias para alcançar uma sociedade mais respeitosa, inclusiva e tolerante, através de um arcabouço teórico feminista, que questiona criticamente o sistema educacional tradicional e valoriza a práxis feminista.

Ao estimular o diálogo e a reflexão sobre questões de gênero, essas iniciativas ajudam a desconstruir preconceitos e a fomentar uma cultura de respeito e igualdade. A transformação da realidade da violência de gênero requer abordagem e enfrentamento multifacetados, que integra ações como investimento em educação, implementação de políticas públicas, mudanças legislativas e valorização das organizações que atuam em defesa dos direitos humanos com o escopo de promover alterações estruturais profundas.

Neste sentido, é fundamental a contribuição dos estudos de gênero para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S. **Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 43, Jul-Dez. 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>

BUTLER Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Performatividade, precariedade e políticas sexuais**. Revista Brasileira de Antropologia Iberoamericana, Madrid, v. 4, n. 3, p. 321-336, 2009. Disponível em <https://www.aibr.org/antropologia/04v03/criticos/040301b.pdf> Acesso em 14 jul. 2023.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015 e 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. Routledge, 2004.

CAMPOS, P. R & CAVALCANTI, V.R.S. **Identidades trans nas juventudes: desafios familiares e escolares na linha tênue entre ser-não sendo, e não ser-sendo**. Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 9, n. 18, Edição Especial, 2020.

COLLING, Leandro & SANTOS, Matheus Araujo dos. **O corpo intersex e a politização do abjeto em XXV**. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, dez. 2011, p. 234-250. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/23061/0> Acesso em: 25 ago. 2018.

COLLING, Leandro. **A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade**. Revista sala preta, v. 18, n. 1, p. 152-167, jun., 2018.

COLLING, Leandro. **Políticas Públicas e Direitos LGBTQIA+: Desafios e Perspectivas**. UFBA, 2018.

CRUZ, Izaura Santiago da. **Educação Sexual nas Escolas: Uma Abordagem Inclusiva**. Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível em: https://ppgefhc.ufba.br/sites/ppgefhc.ufba.br/files/dissertacao_izaura_santiago_da_cruz_pdf.pdf Acesso em: 25 maio 2024.

CUNHA, L. R. **Identidade de gênero, efetividade e responsabilidade civil. Transgêneros e o processo transexualizador**. Disponível em: <https://www.editoraforum.com.br/noticias/coluna-direito-civil/identidade-de-genero-efetividade-e-responsabilidade-civil-transgeneros-e-o-processo-transexualizador/> Acesso em 25 set. de 2024.

DE JESUS, J. G.; ALVES, H. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**. Revista Cronos, [S. l.], v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>. Acesso em: 24 maio. 2024.

ESTÊVÃO, C.A.V. **Pedagogia crítica e Direitos Humanos: fundamentos para uma proposta pedagógico-crítica em Direitos Humanos**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 405-432, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a02v21n80.pdf>> Acesso em: 10 set. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**. 1: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque - 11ª ed. - Rio de Janeiro / São Paulo, Paz e Terra, 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-posições, v. 19, n. 2, pp. 17-23, mai.-ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>.. Acesso em: 11 jul. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação**. Revista Estudos Feministas, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BXvLXvTvHMr/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 25 maio 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARÇAL, Leonardo. **Igualdade de gênero no ambiente escolar**. Revista Educação Pública, v. 19, nº 21, 17 de setembro de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/21/igualdade-de-genero-no-ambiente-escolar> Acesso em: 25 maio 2024.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer. **Um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. Bagoas: Revista de Estudos Gays, Gêneros e Sexualidades, Natal, v. 3, n. 4, p. 259-280, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 25 maio 2024.

RUBIN, David A. **'An Unnamed Blank That Craved a Name': A Genealogy of Intersex as Gender**. Signs: Journal of Women in Culture and Society, v. 37, n. 4, p. 883-908, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1086/664472>.

SARDENBERG, Cecília. **Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais**. Mediações. v. 20, n. 2 (2015), p. 56-96. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24125/Caleidosc%C3%B3pios%20de%20g%C3%AAnero>. Acesso em 09 de set 2022.

SOUZA, Eloisio Moulin de. Affirmative action and social stereotypes: Deconstructing the myth of minority inferiority. Education Policy Analysis Archives, 2019. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3615> . Acesso em: 24 maio 2024.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

WILCHINS, Riki Anne. **Queer Theory, Gender Theory: An Instant Primer**. Boston: Alyson Books, 2004.

WITTIG, Monique. **“El pensamiento heterosexual”**. In: WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madri: Editorial Egales, 2006. <http://www.caladona.org/grups/uploads/2014/03/el-pensamiento-heterosexual-yotros-ensayos-m-wittig.pdf>

WITTIG, Monique. **The Straight Mind and other Essays**. Boston: Beacon, 1992. Disponível em: <http://mulheresrebeldes.blogspot.com.br/2010/07/sempre-viva-wittig.html> Acesso em 30 jul. 2024.